



Jornalismo Investigativo, Linguagem e Práticas Sociais:
Produção e Circulação de Sentidos na Reportagem Meninas do Brasil¹

Nicoli Glória De Tassis GUEDES²

Flávia Kelly Marques SILVA³

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

Faculdade Pitágoras, Belo Horizonte, MG

Resumo

Este artigo propõe a investigação do exercício da grande reportagem brasileira como um produto jornalístico inserido na prática que se convencionou denominar jornalismo investigativo e que tem assumido historicamente a função de promover a denúncia social, ao oferecer modos de tornar as contradições e mazelas da sociedade visíveis e inteligíveis para si mesma. A partir de uma perspectiva relacional da comunicação, busca-se assim tencionar o uso da linguagem e o lugar das práticas sociais na reportagem Meninas do Brasil, exibida no Programa Fantástico, da Rede Globo, em maio de 2009.

Palavras-chave: jornalismo investigativo, práticas sociais, linguagem, discurso e narrativa jornalística.

Introdução

Todo produto jornalístico é intertextual, pois, no confronto com a narrativa é inevitável o estabelecimento de associações entre a reportagem e o tecido social. Essa associação acontece de forma livre e independente da vontade consciente dos interlocutores. Cury (1997) afirma que é justamente por isso que os textos “são lidos de diversas maneiras, num processo de produção de sentido que depende do repertório textual de cada leitor, em seu momento de leitura”. (Cury, 1997, p. 54).

Assim como uma narrativa evoca outras e a própria vivência dos sujeitos, a noção de imaginário é intersubjetiva, ou seja, algo partilhado nas relações sociais continuamente. Na hora de elaborar a ordem das coisas em uma determinada sociedade, o homem constrói a si mesmo, produzindo a sua história, crenças, mitos e ilusões. Flausiano (2001) apresenta que a produção da notícia faz parte desse processo, sendo

¹ Trabalho apresentado no DT1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 13 a 15 de maio de 2010.

² É formada em Comunicação Social (habilitações: Jornalismo e Publicidade & Propaganda) pela Universidade Vale do Rio Doce (Univale). Mestra em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, é doutoranda do Programa de Pósgraduação em Comunicação Social da UFMG; coordenadora e professora do curso de Comunicação Social da Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte. e-mail: nicolig@pitagoras.com.br

³ Graduada do 8º período do Curso de Jornalismo da Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte - MG, email: flaviak.marques@gmail.com



também resultado do mesmo, nas sociedades contemporâneas. Na visão da autora, os *mass mídia* operam numa relação circular, como constituintes e constituídos pelo imaginário e pelos símbolos, na tentativa de reduzir a capacidade de criação simbólica de um homem urbano altamente bombardeado por símbolos, diariamente, mesmo sem precisar pensar ou ao menos sair de casa.

Por meio de uma reflexão teórica e da análise da reportagem “Meninas do Brasil”, exibida no Fantástico, programa da Rede Globo, no dia 31 de maio de 2009, pretende-se compreender em que medida tais narrativas podem se oferecer como uma instância da produção comunicativa que se baseia numa dupla relação com o social. Se por um lado, é da sociedade que emergem os elementos necessários para a construção da narrativa jornalística, por outro, essa mesma sociedade se torna sua interlocutora, produtora de novos sentidos para a realidade narrada.

Nessa perspectiva, parte-se da premissa sustentada por Verón (1980) de que na contemporaneidade os meios de comunicação de massa se firmam como uma das principais instâncias sociais de produção e circulação de sentido. A televisão, devido a sua presença em 95,1% dos domicílios brasileiros⁴, se torna um dos mais importantes veículos onde o jornalismo pode ser observado como um dispositivo simbólico. Tensionado pelos processos sociais como forma de mediação, viabiliza o direito à circulação ampla das informações de interesse público.

Segundo Lage (2004), apesar de todo exercício de reportagem ter como ponto instituidor a apuração e investigação, a nomenclatura “jornalismo investigativo” está presente na maior parte da bibliografia que se dedica ao tema. Neste trabalho, alinha-se com a perspectiva de Fortes (2005) de que tal denominação, apesar da crítica de redundância⁵, torna-se útil para demarcar as particularidades dos produtos jornalísticos que demandam um período mais extenso de investigação, maior amplitude na contextualização do relato e divulgação de fatos de interesse público até então ocultos.

O autor evidencia que ao longo do desenvolvimento da história do jornalismo no Brasil, a investigação deixou de ser apenas um princípio intrínseco à prática jornalística para assumir o lugar de uma especialidade do campo, constituindo-se num ícone de

⁴ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 2008, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 18/09/2009.

⁵ De acordo com Siqueira (2005), o escritor Gabriel García Márquez é um dos que sustentam a crítica da redundância do termo. Em uma de suas falas mais representativas, ainda no início dessa discussão, em 7 de outubro de 1966, na 52ª Assembléia da Sociedade Interamericana de Imprensa, em Los Angeles, Califórnia (EUA), o escritor declarou que “a investigação não é uma especialidade do ofício, sendo que todo jornalismo tem que ser investigativo por definição” (Siqueira, 2005, p. 25).



status e distinção nas redações. Na maioria dos casos, como será possível observar de forma sistemática na análise da reportagem proposta, o foco é noticiar informações consistentes sobre atos desviantes que afetam a vida social, proporcionando à sociedade uma arena de debate sobre as principais questões da atualidade.

Jornalismo Investigativo: em busca de um conceito

Diversos trabalhos acadêmicos apontam o campo do jornalismo como uma instância de produção e circulação de sentidos; um lugar de compartilhamento de conhecimentos comuns; uma rede informacional que contribui para a construção social da realidade; um agente de objetivação e institucionalização da sociedade; uma via de mão-dupla que constitui e é constituída pela esfera pública; uma ponte onde história e cotidiano se entrecruzam; um espaço para troca de saberes e mobilização consensos.

Na contemporaneidade, o jornalismo pode ser definido como uma das principais vias de acesso à realidade e se consolida como uma importante forma de conhecimento. Genro Filho (1987, p. 60 e 66) define conhecimento como “a dimensão simbólica do processo global de apropriação coletiva da realidade” e insere o campo jornalístico como um dos gêneros de conhecimento ao considerá-lo um exercício de “revelação e atribuição de sentido ao real”. Assim, o jornalista assume o papel de interpretar e narrar a sociedade na qual está inserido.

Nesse processo, Meditschi (1992) evidencia que a prática jornalística é baseada na interpretação e não na apreensão da realidade. O autor ressalta que a objetividade jornalística, entendida como o apagamento total do sujeito no texto, não é possível, uma vez que, nenhuma narrativa pode ser desassociada do contexto social no qual se insere e que todo produto cultural é marcado pelo momento histórico da sua constituição. O jornalista, por sua vez, está inserido num dado tempo e espaço; tem o seu pensamento constituído socialmente; e tece seu discurso a partir de uma série de escolhas ideológicas, temáticas e estéticas.

Tais pressupostos não fazem a prática jornalística diferente de outras atividades, uma vez que, todo exercício em sociedade pressupõe uma íntima ligação com o complexo de tramas do cotidiano. Contudo, a importância de reconhecer esses atributos nos produtos jornalísticos reside no fato de que estes se tornaram um dos principais pontos de referência, informação e debate para as questões contemporâneas consideradas mais importantes. Nesse contexto, o jornalista, potencialmente, assume um



lugar privilegiado para intervenção na dinâmica social, ainda que muitas vezes os constrangimentos empresariais, editoriais e de produção possam comprometer o desempenho de sua função social na prática.

O ideal da imprensa como o “quarto poder” ou “cão de guarda da sociedade” que se regeria pelo “princípio de responsabilidade social”, resgatado por Pereira (2006), reforça a percepção do jornalista como o profissional responsável por fiscalizar a sociedade em todas as suas instâncias, regido pela constante busca da verdade e a defesa dos direitos dos cidadãos.

Nessa perspectiva, Kovach & Rosenstiel (2003, p. 22-23), jornalistas norte-americanos, apresentam uma lista com itens que revelam o espírito missionário que norteia certa maneira de compreender a prática jornalística. Os autores ressaltam que desconsiderar qualquer um dos princípios listados abaixo seria como abandonar o próprio jornalismo: busca da verdade; lealdade para com os cidadãos; verificação dos fatos; independência diante dos acontecimentos, fontes e poderes vigentes; vigilância dos direitos sociais; respeito às críticas públicas; transformação do importante em interessante para o público; acompanhamento exaustivo e sistemático da sociedade; agir conforme a sua consciência.

Apesar da prática da reportagem no Brasil, tal como é concebida hoje, ter os seus primeiros indícios no final do século XIX e ter se desenvolvido especialmente a partir da década de 1940, como já foi amplamente discutido por diversos autores - como Costa (2005), Lima (1993, 1995), Medina (1988) e Sodré (1999) -, Fortes (2005) afirma que o marco histórico do jornalismo investigativo no Brasil se deu a partir da Ditadura Militar, em que o cerceamento da liberdade de expressão delegou aos jornalistas a busca de maneiras alternativas de narrar a realidade vivenciada naquele momento.

Após um período de extrema vigilância sobre os veículos de comunicação de massa, os jornalistas puderam retomar a denúncia dos problemas sociais, trazendo à tona claramente a discussão de fatos até então ocultados da sociedade. O autor aponta que, no início da década de 1990, durante o governo Collor, a investigação jornalística foi organizada de forma sistemática dentro das redações, sendo a cobertura do impeachment considerada o marco zero do jornalismo investigativo no país.

No jornalismo investigativo, encontra-se, numa perspectiva ideal, condições mais adequadas de produção e espaço editorial para tecer uma contextualização ampliada do que se percebe na imprensa factual, de uma forma generalizada. Por isso, potencialmente, os produtos jornalísticos produzidos nessa perspectiva podem ser



percebidos como um espaço reflexivo, em que o profissional passa a narrar a dinâmica social de forma mais detalhada e externa um posicionamento crítico diante dos atos desviantes da sociedade. É nesse contexto que a reflexão proposta por este trabalho, admite que as reportagens – como fruto de um intenso trabalho de investigação - não são apenas narrativas sobre a realidade social, mas também se apresentam como parte das transformações dessa mesma sociedade que se propõe a interpretar.

O jornalismo investigativo e o uso da linguagem: uma perspectiva relacional

O uso da linguagem é fator primordial para a análise do discurso jornalístico. Não somente a linguagem sob o ponto de vista da expressão de enunciados individuais ou parte inerte de uma língua ou idioma, mas inserida num contexto maior que é o processo de interação entre os interlocutores, a sociedade e tempo em que estão inseridos

Existem várias definições para a análise do discurso; dentre elas, a de Maingueneau (1998, p.13): “a disciplina que em vez de proceder a uma análise lingüística do texto em si ou a uma análise sociológica ou psicológica de seu conteúdo, visa articular sua enunciação sobre um certo lugar social”.

Bakhtin (1998) corrobora com essa ideia, ao afirmar que o processo de interação verbal se realiza na intersubjetividade humana. Em outras palavras, a linguagem se constitui como interação social, um lugar em que a ideologia se manifesta concretamente. “Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo fora de si mesmo” (Bakhtin, 1988, p.31).

A proposta deste trabalho é adotar o termo discurso justamente dentro dessa esfera do contato, ou seja, o uso da linguagem como forma de prática social e não meramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. O discurso constitui-se num caminho de ação, um modo em que as pessoas agem sobre o mundo e principalmente sobre os outros, além de se firmar como uma forma de representação. Nasce assim, uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social. Se por um lado a prática discursiva gera a sociabilidade, por outro é continuamente moldada e restringida pelas próprias relações sociais em diversos níveis. “O discurso é uma prática, não apenas representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo um mundo em significado” (Fairclough, 2001, p. 91).



Para entender como a relação entre o discurso e a estrutura social se dá na reportagem analisada, é importante distinguir três aspectos constitutivos da prática discursiva: o discurso contribui, em certa medida, para a construção de identidades sociais, para o estabelecimento do relacionamento entre as pessoas e para a definição de sistemas de conhecimento e crença. Esses fatores equivalem, respectivamente, a três dimensões de sentido que interagem em todo o discurso, denominadas por Fairclough (2001) de funções da linguagem: “identitária” (modos pelos quais as identidades sociais se estabelecem no discurso), “relacional” (como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e intercambiadas) e “ideacional” (formas pelas quais os textos significam tanto o mundo e seus processos, quanto as entidades e relações).

A prática discursiva que se apresenta na reportagem em questão serve ao propósito de reproduzir a sociedade e também para transformá-la. Um processo que não deve ser encarado de forma determinista em nenhum dos prismas: de um lado, na determinação social do discurso - em que este não passa do simples reflexo de uma realidade mais profunda - e, de outro, na construção social do discurso, em que este é idealizado como fonte do tecido social. Por isso, ao analisar um texto é preciso entender que sobre este incide duas realidades contextuais igualmente importantes: as práticas discursiva e social.

As categorias da análise textual adotadas por este trabalho abrangem as formas: 1º) lingüística (elementos da de uma língua) e 2º) semântica (teias de significação), sempre inseridas no contexto social. Como faz parte da proposta de investigação a análise de um texto televisivo, a decupagem da reportagem se fez necessária, a fim de se perceber com mais clareza as três esferas primordiais na interação entre o indivíduo e o texto: consigo mesmo, o mundo e a composição textual.

Parte-se do pressuposto de que o contato inicial com a narrativa jornalística reserva uma infinidade de espaços vazios. São as palavras e os pedaços de frases e imagens que não se enxerga ou se ouve (extracampo) – não só no sentido perceptivo, mas também sociocultural – que definem o primeiro momento da interação. Estabelece-se, assim, mais uma vez, uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que o indivíduo “contamina” a narrativa por sua leitura, também é “contaminado” por ela.

É nessa perspectiva que ao se deparar com o universo representado em uma reportagem, o telespectador o relaciona a outras passagens correspondentes e torna-se capaz de se inserir no contexto apresentado. Dessa forma, os pedaços dispersos na tela e



fora dela são gradativamente costurados. Assim, a linearidade do discurso é montada num exercício de reencontro dos gestos textuais que deram origem ao texto e seu tensionamento com a sociedade.

Ao redobrar a reportagem sobre ela mesma, o telespectador tece uma relação com o que está sendo apresentado. Nessa perspectiva, já não existe apenas a matéria tal qual a equipe de reportagem a concebeu: a vida, a semântica, a lembrança de outras matérias, discursos, imagens, sentimentos e toda uma reserva de desejos e signos que constituem particularmente o interlocutor passam a dialogar com o produto jornalístico. É neste momento que a construção individual revela no homem um ser eternamente inacabado, por se fazer intersubjetivamente. Não é mais o sentido da notícia que ocupa a mente dos sujeitos, mas a elaboração do pensamento diante do diálogo entre o texto apresentado e o universo social/simbólico no qual está inserido.

Na interface entre o jornalista e o telespectador via reportagem pode-se encontrar a simbiose entre as formações ideológica e discursiva. Entende-se por formação ideológica a visão de mundo de um determinado segmento da teia social, isto é, um conjunto de representações e idéias que desnudam a compreensão que um dado grupo tem do mundo. Como não existe intercâmbio de ideias fora do âmbito da linguagem, entendida aqui no seu sentido amplo de instrumento de comunicação verbal ou não verbal, essa visão de mundo não existe sem estar ligada à linguagem. Por isso, a cada formação ideológica tem-se uma formação discursiva que pode ser traduzida como um conjunto de temas e figuras que materializa uma determinada visão de mundo.

Nessa perspectiva, não existiriam ideias independentes da linguagem e, conseqüentemente, pensamento conceitual formulado. Linguagem e pensamento seriam indissociáveis, pois apesar de serem fatores distintos não se apresentariam jamais de uma forma pura. Segundo Bakhtin (1990), sem linguagem não se pode conceber o psiquismo humano, pois o que define o conteúdo da consciência são justamente os fatores sociais, compartilhados pelos indivíduos no seio da sociedade. Por isso, o discurso não é uma expressão da consciência individual, mas a consciência é formada pelo conjunto de discursos interiorizados pelo indivíduo ao longo de sua vida. Esse princípio é válido tanto para o jornalista no momento da sua produção, quanto para o telespectador na hora de (re) significar os símbolos.

A perspectiva deste trabalho é que todo enunciado se constrói a partir de circunstâncias concretas, que incluem o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de encontro destes, a imagem que fazem um do outro e do próprio discurso. Além



disso, considera-se que todo enunciado se constrói a partir de um contexto e que é impossível analisar uma reportagem sem recorrer à sociedade, lugar onde o falante e o ouvinte estão inseridos e parte integrante da significação.

Compreender a inserção contextual da produção da linguagem significa focar a exterioridade da linguagem. É admitir que o enunciado não pode ser isolado da cadeia de comunicação social da qual faz parte, pois segue um percurso que chama à memória outros discursos, denominados intertextos. A partir desses pressupostos é que será conduzida a análise apresentada a seguir.

Meninas do Brasil: a intertextualidade e imaginário social na produção jornalística

As técnicas e a eficiência na mobilização do universo simbólico do acervo sócio-cultural se modificam de acordo com as características do momento histórico. Atualmente, observa-se que os *media* ganharam maior força e extensão no manejo dos símbolos, sobre os quais se apóiam e se inserem no imaginário social, construindo - a partir das experiências dos atores da sociedade - desejos, aspirações e interesses. As representações sociais oriundas desse processo se firmam como mediadores das relações do homem e a sociedade, intimamente ligadas à comunicação e às práticas sociais, muito além do psiquismo individual.

Dentro dessa perspectiva de mobilização do universo simbólico, Bakhtin (1990) insere a linguagem como o horizonte máximo do homem em que o real, na sua forma pura, é inatingível. Assumindo a linguagem como matéria prima da produção jornalística, entende-se que essa atividade, como qualquer outra no âmbito da comunicação social, está sujeita à descontinuidade, ou seja, ao percurso da palavra do emissor ao receptor via um meio. Por isso, é possível afirmar que ao ser humano, bem como ao jornalismo, a retratação exata e totalmente isenta do real é inacessível.

Como qualquer falante no uso da linguagem, o jornalista utiliza o signo como algo mutável e flexível, como realidade que se transforma a cada contexto. Lembrando que a própria escolha da disposição das palavras e delimitação do conteúdo já é, por si só, um recorte do real, uma escolha inevitável da forma de retratação, o posicionamento de uma visão de mundo. “O falante é, antes de tudo, um transformador da palavra, alguém que lhe confere novo sentido” (Pereira Neto, 2001, p.228).

O trabalho do telespectador tem algo em comum com o do jornalista: ambos inserem o signo em contextos próprios. Na recepção, o ouvinte enquadra a palavra no



seu universo contextual. Se receber implica em modificar, a palavra do emissor não é a mesma percebida pelo receptor. Nessa visão, o social implica na interindividualidade, ou seja, o jogo permanente de interação entre os indivíduos, em que cada membro da sociedade é usuário e constituinte da linguagem.

Por isso, o jornalismo ao ser designado pela linguagem está obrigatoriamente envolto por um determinado valor ideológico ou vivencial. Inevitavelmente, ao traduzir uma realidade em palavras, o jornalista não está designando a coisa, o fato enquanto tal, mas como o vê, o aprecia, o julga segundo os seus valores. “Assim, o real só pode ser visto sob o véu da linguagem, um véu que informa mais de si mesmo do que daquilo que esconde ou cuja aparição torna enganosa”. (Pereira Neto, 2001, p.230)

No uso da linguagem verbal, existe uma série de estratégias que conferem o efeito de real à narrativa, ou seja, atestam a partir de um jogo de referencialidade que os fatos narrados, de fato, aconteceram. Nessa perspectiva, Gomes (2000) evidencia que o texto jornalístico é construído sob o pilar da verossimilhança, que pode ser identificado nos inúmeros elementos que testemunham a veracidade dos dados expostos, em que os referenciais são aceitos como altamente confiáveis por parte dos interlocutores da mensagem.

Motta (2005), numa proposta metodológica para a análise pragmática da narrativa jornalística, aponta que o efeito de real é uma das mais importantes estratégias textuais usadas pelo narrador jornalístico, a fim de atestar que os fatos apresentados se constituem na verdade, como se eles mesmos, por si só, se revelassem objetivamente. Dessa forma, entende-se que o efeito de real no jornalismo é fruto, em grande medida, de recursos de linguagem, que servem ao propósito de ancorar o relato no momento presente, dando ao interlocutor a impressão de que acompanha os fatos no exato momento em que eles se desenrolam.

O telespectador – interlocutor da narrativa – é assim provido de um espaço empírico, onde pode ter contato com a história apresentada e construir sua própria percepção da temática em questão. É nesse sentido que a grande reportagem televisiva, bem como outros produtos jornalísticos de caráter investigativo, teria como objetivo situar o homem contemporâneo, diante da enorme quantidade de informações a que é submetido diariamente, na discussão dos principais temas que tocam sua existência em sociedade. “O jornalismo observa o mundo desde o atual, ancora seu relato no presente para relatar o passado e antecipar o futuro”. (Motta, 2005, p. 9)



Na reportagem “Meninas do Brasil”, exibida dia 31/05/2009 no Programa Fantástico, da Rede Globo, com duração de 14 minutos e 24 segundos, o repórter Paulo Renato Soares assume o lugar de autor-narrador⁶, apresentando-se de duas formas distintas ao longo da narrativa: como personagem, co-participante na construção da história que se propõe a narrar, promovendo a humanização do relato e o engajamento com a denúncia social proposta; e como observador que acompanha tudo à distância, sem interferir na dinâmica dos fatos narrados, por meio de estratégias de linguagem e discursivas que imprimem um tom de objetividade ao texto, na tentativa de garantir seus efeitos de real.

Logo na cabeça da reportagem, a apresentadora Patrícia Poeta chama a atenção para a sua rotina de produção, ressaltando que é fruto de cinco meses de intenso trabalho investigativo. Por meio de um jogo de palavras, dá-se destaque para o ato desviante que se constitui no fio condutor da narrativa que se segue, conferindo-lhe maior dramaticidade: “Ela trata de um **crime abominável**: a **venda de seres humanos**” (grifo nosso).

A equipe de reportagem também é apresentada nesse momento, composta por jornalistas reconhecidos pelos seus trabalhos no campo do jornalismo investigativo - Francisco Regueira, Alberto Fernandez e Paulo Renato Soares. A menção deles na cabeça da matéria se constitui mais do que uma forma de creditar autoria ao texto. Visa, numa perspectiva mais ampla, conferir credibilidade ao conteúdo apresentado, por meio da legitimidade já conquistada pelos repórteres em sua trajetória profissional.

No início da reportagem, o autor-narrador repete que foram cinco meses de investigação e ainda detalha que foram mais de 60 entrevistados. Ele mostra os bastidores da rotina de produção / apuração, externados no próprio texto de forma direta. O relato testemunhal, de tom memorialista, é conduzido por um narrador que assume a primeira pessoa e volta-se para a reconstrução da sua própria história como repórter investigativo, resgatando assim o tempo e a sociedade nos quais está inserido.

A percepção de que a profissão de jornalista poderia proporcionar os recursos necessários para denunciar atos desviantes da sociedade paraense fica evidente no final do primeiro off, quando a narrativa suscita de forma declaratória um lado heróico do

⁶ Adota-se neste trabalho o uso da expressão “autor-narrador” com a finalidade de destacar a forma como o repórter constrói a voz do narrador na matéria analisada, vinculada constantemente no decorrer da narrativa ao trabalho de apuração da equipe de jornalistas da Rede Globo e a tradição do próprio programa Fantástico no desenvolvimento de reportagens investigativas com caráter de denúncia social, contribuindo assim para a autenticação da narrativa e seus efeitos de real.



jornalismo investigativo, amplamente enraizado no imaginário social. “Ficamos frente a frente com criminosos que negociam pessoas”.

Na primeira passagem, o repórter Paulo Renato Soares afirma de forma incisiva que “nesse mercado, uma mãe é capaz de vender a própria filha, menor de idade”. Com essa declaração, o jornalista empresta sua voz à defesa das crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual no Pará, posição que será reforçada discursivamente ao longo de toda a reportagem.

Dessa forma, o jornalista incorpora, ainda que de forma indireta, a percepção amplamente compartilhada na esfera social da imprensa como “quarto poder” e “cão de guarda da sociedade”, se constituindo numa espécie de herói no entrelaçar das histórias, depoimentos e da própria investigação jornalística, materializada no uso da câmera oculta e outros recursos facilitadores da denúncia proposta.

No quarto off, tem-se a apresentação da primeira personagem, Edina dos Santos Balieiro, a mãe que durante a reportagem, sem saber que tratava-se de um trabalho de investigação jornalística, aceita vender a filha por 500 reais a um dos repórteres disfarçados, que simula interesse pela jovem.

O uso da câmera oculta é focado no off seguinte, em que se percebe a demarcação de um distanciamento entre o autor-narrador e os fatos registrados. O texto, antes narrado em primeira pessoa e em tom pessoal – “Estamos num Brasil esquecido. Baía de Marajó, Pará. Chegamos a Portel: uma cidade isolada, a 18 horas de barco de Belém, a capital” –, passa a ser conduzido na terceira pessoa, de forma impessoal. O jornalista Paulo Renato Soares, que até o momento se inseria como parte integrante da equipe de reportagem retira-se da cena dos acontecimentos para narrar à distância, como pode ser percebido no trecho a seguir: “Usando uma câmera escondida, os repórteres Francisco Regueira e Alberto Fernandes vão em busca dos aliciadores que fazem o contato entre os interessados e as famílias”.

A câmera oculta se constitui não só em um instrumento facilitador do registro das imagens, apresentadas como se retratassem a realidade em estado bruto, como também é responsável por inserir o telespectador no universo narrado, orientando o seu olhar. É por meio dela que se acompanha o momento em que Edina aceita 10 reais para que a filha de 17 anos passasse a noite com um dos repórteres disfarçados, conforme descrito a seguir:

- Deixa quatro cervejas aí pra mim beber, pede Edina.



A menina acompanha tudo de perto sem interferir.

- Você acha que eu vou dar minha filha por 10 reais, é? É louco, é? - diz Edna.

Apesar do que diz, a mãe fica, sim, com o dinheiro para comprar as cervejas. E a menina chega a entrar num táxi. Nosso repórter revela então que não vai haver programa. E a jovem é levada de volta pra casa.

A câmera oculta possibilita ainda a construção de uma narrativa que reforça a ideia de que a credibilidade jornalística estaria atrelada à suposta possibilidade de total fidelidade na reprodução da realidade. Nessa perspectiva, a descrição dos fatos em terceira pessoa, a abordagem das fontes em situações cotidianas e o desconhecimento da presença da câmera buscariam garantir à reportagem o status de uma narrativa “pura”, como se fosse possível eliminar a mediação, quase invisível na costura do texto, em meio ao esforço de engendrar o efeito de real.

Contudo, apesar de reportagens construídas sob o artifício da câmera oculta evidenciarem fatos que possuem raízes no real, a narrativa jornalística que ajuda a construir não existe em outro lugar senão na tela que a materializa. Por mais que a matéria se ofereça como um produto sem edição e ao repórter seja delegado um lugar secundário na narração dos fatos, o telespectador tem acesso a uma interpretação possível da realidade, que não pode ser compreendida como sua expressão absoluta.

No sexto off, o autor-narrador volta a se inserir de forma direta na reportagem, reassumindo a narrativa em primeira pessoa. Paulo Renato Soares anuncia que a equipe de repórteres disfarçados retornaria ao bar onde, na noite anterior, Adênis Saraca (um aliciador) os havia apresentado para Edina. O jornalista, em tom grave, conta que agora um deles simularia o interesse em comprar a jovem, frisando que a levaria para sempre e que “não seria como marido”. No diálogo transcrito abaixo, o repórter Francisco Regueira demonstra a sua incredulidade e uma certa dose de ironia, diante da declaração da mãe de que venderia o seu “orgulho” por 500 reais.

Edina: Todas minhas filhas são bonitas.

Repórter: Mas a que a senhora quer me dar...

Edina: Meu orgulho...

Repórter: É seu orgulho a que a senhora quer me dar?

Edina: (Ela faz que sim com a cabeça).

No oitavo off, tem-se a descrição dos momentos finais da venda da jovem. “É hora de fechar a negociação da compra **de um ser humano**”, revela o autor-narrador,



conferindo um tom de indignação nas últimas palavras da frase (grifo nosso). Mais do que denunciar o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes no Pará, a narrativa que se segue parece tentar legitimar o lugar do jornalismo investigativo como “cão de guarda da sociedade” e reforça a sua responsabilidade na defesa daqueles que não possuem voz.

Para tanto, diversos atores sociais, tais como representantes da Igreja Católica, dos poderes executivo, legislativos e judiciário, são conclamados para discutir o tema. Na própria reportagem, os processos de investigação e apuração dos fatos e dados que atestam a veracidade da história narrada são explicitados, como forma de legitimá-la. À Igreja, é delegado o lugar de acompanhamento de todo o trabalho da equipe de reportagem. À deputada Maria do Rosário (PT-RS), relatora da CPI da exploração sexual, cabe ponderar até que ponto a questão econômica é determinante para que a comunidade conviva com tanta naturalidade diante de tal crime. Pedro Rodrigues Barbosa, prefeito de Portel, torna-se pivô das contradições entre o país que se vê no papel (por meio das leis, do Estatuto da Criança e do Adolescente, das declarações oficiais e dos relatórios da CPIs) para aquele que é construído pela reportagem.

Quando a câmera oculta é revelada, o aliciador e a mãe que se propôs a vender a filha tentam assumir o enquadramento esperado para o desempenho de bons papéis na sociedade. Relutantes, negam as declarações que fizeram nos dias anteriores. Mas, quando a câmera parece estar desligada, Adênis retoma a naturalidade anterior no tratamento do tema, revelando uma face da sociedade que parece ter se acostumado com a opressão e abusos sexuais:

Adênis: Todo mundo sabe nessa beira. Qualquer um desses sabe.
Qualquer taxista desses sabe.

Repórter: Mas sabe o quê? Não tô entendendo.

Adênis: Que essas meninas é garota de programa.

Repórter: As meninas?

Adênis: Sim. Elas mesmo se oferecem por besteira, rapaz.

Como contraponto à impunidade e à inversão dos valores sociais denunciados na reportagem, é apresentada a história de outra adolescente que, enganada, aceitou uma oferta de emprego de babá no interior de São Paulo. Somente após viajar 50 horas de ônibus, entre a capital do Pará e Campinas (SP), a jovem descobriu que na verdade seria prostituta. Como vários casos semelhantes, a menina ficou presa num dos quartos da boate, sofreu maus tratos e teve que se prostituir para pagar à aliciadora a dívida contraída com a viagem. A adolescente, que não teve a identidade revelada pela reportagem,



caminhou mais de 40 quilômetros a pé, até a cidade de Americana (SP), onde recorreu ao Conselho Tutelar. O depoimento de sua mãe, que também não foi identificada, acentua o tom de indignação percebido durante toda a narrativa. “Quem aceita isso não é mãe. É um monstro. A mãe que é mãe não faz uma coisa dessa. Não vende a sua própria carne”.

Na última passagem da reportagem, tem-se a denúncia de que apesar das autoridades terem conhecimento do problema (contrariando a fala imediatamente anterior do prefeito de que desconhecia a prática), a impunidade perdura. A narrativa termina com a sonora da deputada relatora da CPI da exploração sexual, que questiona a inércia da sociedade diante dos crimes denunciados na matéria. “O estatuto da criança e adolescente e a Constituição Federal dizem que todos somos responsáveis pelas crianças. Sociedade, estado brasileiro e família. Eu hoje diria que todos estamos falhando”.

Os apresentadores retornam à tela para anunciar que mais reportagens investigativas do mesmo teor seriam exibidas em outros telejornais da emissora, na tentativa de estabelecer a emissora como um lugar propício para que a sociedade brasileira se torne visível e inteligível para si mesma, tanto no âmbito do discurso, quanto das práticas sociais. As contrariedades, confrontos e questionamentos suscitados pela reportagem apontam que a prática do jornalismo investigativo busca mais do que informação e transpõe o universo da própria notícia. Percebe-se que muito além dos fatos, números e dados, está o exercício de mediação por meio de histórias e perfis humanos.

Com esse exercício analítico, pode-se perceber que as narrativas jornalísticas são de natureza ambígua. A tarefa de narrar o real revela as inúmeras possibilidades que os contextos sociais e as múltiplas visões podem conferir a um mesmo fato. Contudo, tais narrativas também impõem limites. Podem aprisionar o telespectador em uma mesma face da história ao consolidar como corretos os objetivos de alguns e estabelecer punição para outros; promover um lado e destruir o oposto. Essa intertextualidade discursiva não se apresenta apenas na instância verbal, mas principalmente no âmbito das práticas sociais. O processo de significação pressupõe que todo falante e ouvinte ocupam um lugar na sociedade. Daí, a necessidade de ampliar a discussão de questões que tocam o cotidiano social e a importância que o jornalismo investigativo assume na contemporaneidade.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1990.



- CURY, Maria Zilda e outros. **Intertextualidades: Teoria e Prática**. BH: Ed. Lê, 1997.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Univers. de Brasília, 2001.
- FIORIN, José Luiz. **Política lingüística no Brasil**. Gragoatá, 2000, v. 9, p. 221-31.
- FLAUSINO, Márcia Coelho. **Notícia: conduzindo a compreensão da realidade – cotidiano, imaginário e representações sociais**. In: *Comunicação: Discursos, Práticas e Tendências*. São Paulo: Rideel; Brasília: UniCEUB, 2001.
- FORTES, Leandro. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**. Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987.
- GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e Ciências da Linguagem**. São Paulo: Hacker Editores/Edusp, 2000.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- LAGE, Nilson. **A reportagem**. Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LIMA, Edvaldo Pereira. **O que é livro reportagem**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- _____. **Páginas ampliadas**. O Livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 2ª Ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1995.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MEDINA, Cremilda. **Notícia: um produto à venda**. São Paulo: Summus, 1988.
- MEDITSCHI, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1992.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. **A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística**. In: *Cd-room XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro: Intercom, 2005.
- PEREIRA NETO, Manoel Rodrigues. **Bakhtin e a pós-modernidade**. Abertura das noções de dialogismo e polifonia para o pensamento moderno. In: *Comunicação: Discursos, Práticas e Tendências*. São Paulo: Rideel; Brasília: UniCEUB, 2001. 285 p.
- PEREIRA, Fábio Henrique. **Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão**. Acessado em: março de 2010. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabioresponsabilidadejornalista.pdf>
- SIQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo Investigativo**. O fato por trás da notícia. São Paulo: Summus Editorial, 2005.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa do Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo**. Chapecó (SC): Argos, 2002.
- VERÓN, Eliseo. **A produção do sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980.